

# Assalariado pagará menos IR. Mais comida nas escolas

Menor imposto de renda para os assalariados. Mais alimentação para as crianças, nas escolas públicas. Maior apoio às micro, pequenas e médias empresas. Cortes nos gastos. Com estas medidas — entre dezenas de outras — contidas no "pacote" divulgado ontem pelo Governo, a Nova República pretende estabelecer justiça social e promover a efetiva retomada do crescimento econômico.

E o seguinte o conjunto de medidas, denominado Programa de Mudanças:

RESUMO DOS PROGRAMAS SOCIAIS PARA 1986

I) Alimentação: nessa área, o Governo está tomando três medidas:

a) Programa de Suplementação Alimentar — beneficiará gestantes e nutrízes, e crianças até 4 anos de idade (previamente atingia apenas crianças até 3 anos); beneficiará dez milhões de pessoas, com gastos de Cr\$ 3 trilhões.

b) Programa Nacional de Alimentação Escolar (merenda) — as crianças de 7 a 14 anos receberão doravante merenda todos os dias úteis do ano (270 dias), ao invés de apenas 180 dias em 1985. Além disso, serão também atendidos os irmãos entre 4 e 6 anos. Serão beneficiados 25 milhões de escolares entre 7 e 14 anos, e, adicionalmente, cinco milhões de irmãos em idade pré-escolar. Serão gastos cerca de Cr\$ 5,8 trilhões;

c) Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes — este novo programa objetiva suprir as necessidades de leite das crianças até 7 anos que pertençam a famílias situadas na faixa de até dois salários mínimos de renda. No exercício de 1986, atenderá 1,5 milhão de crianças, chegando até 1989 a atender dez milhões de crianças. O custo em 1986 é de Cr\$ 1 trilhão.

## Crianças de 7 a 14 anos receberão merenda nos 270 dias úteis do ano

Além disso, o Governo desenvolverá em 1986 os seguintes programas:

a) Programa de Alimentação Popular (PAP) — Objetiva baratear os gêneros alimentícios, vendidos a preços altos, em geral, nas periferias. Atingirá dez milhões de pessoas, com gastos de Cr\$ 500 bilhões.

b) Reforço Alimentar ao Programa de Creches para Crianças Carentes — Serão atendidas 1,3 milhão de crianças, com gastos de Cr\$ 300 bilhões. Com essas medidas, até o fim do Governo Sarney todas as crianças até 14 anos receberão alimentação adequada.

II) Abastecimento: O Governo dispende-rá em 1986 Cr\$ 22 trilhões em estoques reguladores e subsídios a produtos agrícolas (incluindo o trigo).

III) Atendimento das Necessidades Sociais Básicas

1) Infra-Estrutura — ampliação da rede básica: construção de postos, centros de saúde e unidades mistas, bem como implantação de rede de suprimento de sangue e hemoderivados e de laboratórios de saúde pública — investimentos: Cr\$ 1,1 trilhão.

2) Operação da Rede Básica de Serviços de Saúde — apoio às Secretarias de Saúde, assistência médica e odontológica, saúde materno-infantil. A clientela potencial nessa área é de 40 milhões de mulheres e 12 milhões de crianças. Os gastos previstos atingem Cr\$ 710 bilhões.

3) Controle de Doenças Transmissíveis — O combate a doenças transmissíveis tem como metas básicas:

— erradicar a poliomielite e a raiva, bem como assegurar o controle epidemiológico do sarampo, tétano, coqueluche e difteria, — reduzir a incidência das seguintes doenças endêmicas:

● malária: de 25,5 para 15 casos por 1.000 habitantes;

● doença de Chagas: interrupção da transmissão na metade dos 2.135 municípios onde ocorre;

● esquistossomose: redução para 5% da prevalência nas áreas endêmicas;

● febre amarela: prevenção da doença nas áreas urbanas e controle da forma silvestre;

— diminuir os riscos de infecção, morbidade e mortalidade por tuberculose, hanseníase e doenças sexualmente transmissíveis.

GASTOS: Cr\$ 2,2 trilhões.

Ainda na área da saúde, o Governo inicia, neste momento, um Programa de Universalização de Medicamentos, distribuindo cerca de 40 medicamentos essenciais a 30 milhões de pessoas. (vide Exposição de Motivos sobre medicamentos)

b) Educação Básica

Programa Educação para Todos — gastos de Cr\$ 4 trilhões, sendo Cr\$ 1,1 trilhão para material escolar e Cr\$ 2,9 trilhões para construção, ampliação e recuperação de salas de aula, criando-se um milhão de novas vagas, e para projetos de melhoria da qualidade do ensino.

c) Habitação e Saneamento

Gastos previstos: Cr\$ 9,6 trilhões de cruzeiros.

Objetivos: ampliar o atendimento, no que concerne à habitação e saneamento básico, às populações de favelas ou cortiços.

d) Justiça

Objetivos: melhoria e modernização dos serviços de segurança pública no combate à violência e à criminalidade; melhoria das condições de vida da população carcerária e racionalização dos procedimentos para sua reintegração à sociedade.

Gastos: Cr\$ 1,1 trilhão.

IV) Reorganização Agrária

Objetivo: assentamento de trabalhadores rurais e colonização;

Gastos: Cr\$ 2,2 trilhões;

V) Projeto Nordeste

Objetivo: erradicação da pobreza absoluta no meio rural nordestino;

Gastos: Cr\$ 10,6 trilhões.

b) Ensino, saúde e saneamento — gastos de Cr\$ 320 bilhões.

VI) Irrigação

Objetivo: um milhão de hectares irrigados no período 1986/ 1990, e 90 mil hectares em 1986.

Gastos: Cr\$ 1,3 trilhão

VII) Transportes Urbanos de Massa

Objetivo: propiciar à população de menor poder aquisitivo meios de locomoção eficientes e de baixo preço.

Gastos: Cr\$ 3,3 trilhões.

## PRIORIDADES SOCIAIS PARA 1986

### OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

	(Em Cr\$ bilhões)
1. Alimentação popular	12.861,0
1.1. Programa de Alimentação Popular (MA/MS)	500,0
1.2. Programa de Suplementação Alimentar (MS)	2.812,6
1.3. Programa Nacional de Alimentação Escolar (MEC)	8.448,1
1.4. Programa Nacional do Leite para Crianças Lactentes (Seplan/SEAC)	1.000,02
2. Abastecimento	21.970,0
2.1. Política de estoques reguladores e subsídio a produtos agrícolas	21.970,0
3. Atendimento de necessidades sociais básicas	23.565,9
3.1. Saúde (MS)	8.243,23
3.2. Educação básica (MEC)	4.019,8
3.3. Habitação e melhoria urbana (MDU)	5.195,04
3.4. Saneamento básico (MDU/MS)	4.701,95
3.5. Justiça (MJ)	1.106,06
3.6. Assistência social	300,0
4. Reorganização e reforma agrária	2.171,0
4.1. Assentamento de trabalhadores rurais, colonização e regularização fundiária	2.171,0
5. Projeto Nordeste	10.893,5
5.1. Programa Regional de Apoio ao Pequeno Produtor Rural	10.673,5
5.2. Ações de ensino no Nordeste rural	60,0
5.3. Ações de saúde no Nordeste rural	40,0
5.4. Ações de saneamento em áreas rurais	120,0
6. Irrigação	1.334,5
7. Transporte urbano de massa (MT)	3.350,07
TOTAL	76.145,9

### RESUMO DAS MEDIDAS DE REDUÇÃO E MORALIZAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRAÇÃO DIRETA

a) Criação do CIRP — O Conselho Interministerial de Remuneração e Proventos (CIRP) terá a atribuição de estabelecer critérios e apontar diretrizes gerais para a orientação da política de remuneração do pessoal ativo e inativo do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal — SI-PEC. O Conselho será presidido pelo Ministro Extraordinário para Assuntos de Administração e composto, também, pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministro da Fazenda e Ministro do Trabalho.

b) Proibição do ingresso de pessoal nos órgãos da Administração Direta e Autarquias até 30.6.86 — Amplia-se com essa medida a abrangência do Decreto nº 91.903, de 5.7.85, que apesar de ter proibi-

## 40 medicamentos básicos para 30 milhões de brasileiros

do o ingresso de pessoal em cargos ou empregos que viessem a vagar por aposentadoria ou falecimento, não previu, expressamente, a situação do ingresso de pessoal em cargos vagos, nem excluiu a possibilidade de criação de novos cargos ou funções de confiança, mesmo que com o oferecimento de compensação, significando prejuízo para as medidas de contenção de despesas.

c) Modernização e Racionalização das Estruturas da Administração Direta e Autarquias — Caberá à Secretaria de Planejamento da Presidência da República e ao Departamento Administrativo do Serviço Público promoverem amplo levantamento visando à modernização e racionalização das estruturas da Administração Federal e das Autarquias Federais, até que a Comissão Geral da Reforma Administrativa estipule os princípios da organização da Administração. Este levantamento tem por objetivo adequar órgãos da Administração ao cumprimento das prioridades governamentais, admitindo o encaminhamento de propostas de extinção, fusão e/ou incorporação de órgãos ou entidades e proibindo a alteração de estruturas da Administração Direta e Autarquias que impliquem aumento de despesas.

d) Proibição de Construção, Aquisição ou Locação de Imóveis Residenciais fora do Distrito Federal — Esta proibição abrangem também as empresas estatais (empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundações instituídas ou mantidas pela União, ou empresas por ela controlada, direta ou indiretamente).

Além disso, veda, nestes casos e nas ocupações permitidas, que a Administração venha a arcar com despesas de fornecimento de mobiliário, gêneros alimentícios, bebidas, material de limpeza, conservação de piscinas, salários de empregados domésticos, serviços de lavanderia, consumo de gás, água, energia elétrica, linhas telefônicas, segurança e outras.

e) Limitação do uso de veículos oficiais — Com esta decisão, a utilização de veículos oficiais fica restrita aos Ministros de Estado, Consultor-Geral da República, Procurador-Geral da República e Diretor-Geral do Dasp, aos Secretários-Gerais dos Ministérios, ao Presidente ou titular de car-

## A MUDANÇA NA ECONOMIA

go equivalente e Autarquia Federal ou órgão autônomo, e a servidores cujas atribuições exijam a realização de atividades externas.

A medida ensina significativa redução da frota de veículos e economia de recursos do Tesouro, notadamente nos gastos com lubrificantes, combustíveis e manutenção.

f) Redução de 20 por cento das Despesas a Serviços de Terceiros para a Administração Direta — Propõe-se uma redução real de 20 por cento, em relação ao ano de 1985, das despesas relativas a serviços de terceiros, decorrentes de contratação de mão-de-obra indireta através de contratos-convenções, acordos e ajuste de prestação de serviços de consultoria, assessoramento, projetos, levantamentos de situações, diagnósticos, elaboração de planos e estudos ou quaisquer outros semelhantes; e de propaganda, publicidade, passagens e viagens.

g) Limitação da Prestação de Serviço Extraordinário (horas extras) no Serviço Público Federal — A duração das horas ex-

## Até 7 mínimos, isenção do IR. Benefício para 1,2 milhão

tras não poderá exceder a duas horas diárias, tendo como limite máximo 44 horas mensais e 88 horas anuais.

Estes limites serão admitidos apenas quando comprovada a sua urgência e necessidade inadiável, desde que reconhecidos a autorizados pelo dirigente do órgão, mediante homologação da autoridade imediatamente superior.

### EMPRESAS ESTATAIS E FUNDAÇÕES

1 Redução de dez por cento das despesas das estatais com pessoal — a redução aplica-se às entidades típicas do Governo ou seja, àquelas mantidas majoritariamente com recursos oriundos do governo e que, na maior parte dos casos, prestam serviços tipicamente estatais.

2 Prorrogação, até 30.6.86, da proibição de contratar pessoal — a prorrogação estende até 31 de junho de 1986 a proibição de se contratar pessoal, exceto as substituições, nos empregos operacionais.

3 Necessidade de autorização do Presidente da República para novos investimentos — as empresas estatais só poderão iniciar novos projetos, da mesma forma que a ampliação e modernização de empreendimentos existentes cujo valor total de investimentos seja superior a dois milhões de ORTNs, após prévia e expressa anuência do Presidente da República, mediante proposição do titular da Seplan. Quanto aos investimentos inferiores ao limite fixado, estes poderão ser realizados, só e tão-somente, após definição precisa dos recursos necessários à sua efetivação e desde que incluídos e aprovados nos respectivos orçamentos a programas de dispêndios globais.

4 Restrição do uso de veículos oficiais, reservando-os aos presidentes de empresas estatais e fundações, e venda dos veículos considerados excedentes — apenas os presidentes, ou titulares de cargo análogo, poderão utilizar veículo de representação pessoal. Ao mesmo tempo, proíbe a locação e a renovação de contratos de locação de veículos de representação pessoal e determina que os que vierem a ser desativados serão vendidos.

5 Centralização do orçamento das estatais na Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) da SEPLAN — a centralização dos orçamentos das estatais na Secretaria de Orçamento e Finanças da SEPLAN elimina a duplicidade de controle governamental sobre as propostas orçamentárias elaboradas pelas autarquias federais e pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público. Com isto, dispensa-se o exame da Secretaria de Controle das Empresas Estatais, exceto o Bacen e as entidades do Sinpas.

6 Redução real de 20 por cento das despesas relativas a serviços de terceiros — a redução real de 20 por cento das despesas relativas a serviços de terceiros se reflete na contenção de gastos com a contratação de mão-de-obra indireta através de contratos, convênios, acordos ou ajustes (celebrados com firmas particulares ou com entidades públicas ou outras empresas estatais), bem assim com as despesas decorrentes de prestação de serviços de consultoria, assessoramento, projetos, estudos e das despesas com propagandas, publicidade, passagens e viagens.

7 Auditoria operacional de empresas estatais do setor produtivo — a promoção de uma auditoria operacional em empresas estatais do setor produtivo consistirá na avaliação das empresas e em sua classificação, ou função dos lucros operacional e final, em três grupos.

Num destes grupos estarão relacionadas as empresas operacionalmente rentáveis e com estruturas de capital economicamente consentâneas.

As "empresas problemáticas" propõe-se a realização de auditoria operacional, que poderá indicar os pontos nevrálgicos, relativos, ao pessoal, estoque, níveis de pre-

ços e tarifas, situação econômico-financeira e apresentar as medidas corretivas consequentes.

### Medidas de Justiça Tributária (RESUMO)

I — Alterações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas

As alterações propostas no âmbito do imposto de Renda das Pessoas Físicas têm por objetivo aliviar a tributação sobre os rendimentos do trabalho.

Tais alterações apresentam os seguintes efeitos:

1) Elevação do limite de isenção: As pessoas físicas que auferirem rendimentos brutos mensais até cinco salários mínimos (atualmente Cr\$ 3 milhões) ficarão isentas da contribuição para imposto de Renda.

Os contribuintes cujos rendimentos mensais forem iguais ou inferiores a sete salários mínimos (Cr\$ 4.200 mil) e que tenham três ou mais dependentes também estarão isentos do imposto. Um assalariado nessa faixa está recolhendo hoje Cr\$ 390 mil de imposto mensalmente e, a partir de janeiro, passará a ser isento de contribuição.

2) Redução do número de contribuintes: O novo limite de isenção beneficiará um milhão e duzentos mil contribuintes os quais ficarão dispensados do recolhimento na fonte. Eles representam hoje cerca de 17 por cento do total dos contribuintes.

Por efeito da ampliação do limite de isenção, o atual universo de contribuintes, de 6 milhões e 850 mil será reduzido para 5 milhões e 850 mil.

Aproximadamente três milhões e setecentos mil declarantes, na faixa de rendimentos de 5 a 10 salários mínimos mensais, terão uma redução do imposto de renda na fonte superior a 85 por cento. Nessa faixa se encontram quase 54 por cento do total dos contribuintes.

Para as pessoas que recebem rendimentos mensais entre dez e 20 salários mínimos, a redução média das retenções do imposto de renda na fonte será de 61 por cento, beneficiando hum milhão e trezentos mil declarantes, ou 19 por cento do total dos contribuintes.

Ou seja, de cinco a 20 salários mínimos, serão beneficiados cinco milhões de pessoas, que representam 63 por cento do universo dos contribuintes.

Cerca de 600 mil contribuintes recebem rendimentos mensais entre 20 e 50 salários mínimos. A redução média do imposto de renda na fonte para os declarantes dessa faixa de rendimentos será de 43 por cento, beneficiando, aproximadamente, 9 por cento do total dos declarantes.

Os contribuintes com rendimentos mensais entre 50 e cem salários mínimos representam menos de um por cento do total dos declarantes, ou aproximadamente 40 mil pessoas. A redução do imposto na fonte para esses contribuintes ainda será superior a 30 por cento.

3) Redução do Imposto de Renda na Fonte para os Rendimentos do Trabalho:

Com a aplicação da nova tabela do imposto de Renda, todos os contribuintes pagarão menos imposto na fonte. A redução do imposto, de 50 por cento na média, será maior para os contribuintes de menores rendas.

Como exemplo, um declarante com três dependentes e que ganha atualmente dez salários mínimos por mês, está contribuindo para o imposto de Renda com Cr\$ 784 mil mensalmente. Mantido o atual sistema, com o reajuste dos valores da tabela do im-

## Em 86 devolução acima de 10 ORTNs será em títulos da dívida pública

posto de Renda na Fonte em janeiro próximo, sua contribuição seria de Cr\$ 450 mil mensais. Pela nova tabela, o imposto será de 132 mil cruzeiros, ocorrendo, portanto, uma redução de 83 por cento do imposto, com respeito ao valor atual. Em relação a este valor sua renda disponível aumentará em Cr\$ 652 mil.

Para os contribuintes assalariados, cujo ganho mensal equivale a 20 salários mínimos e que tenham 3 dependentes, o imposto na fonte será reduzido de Cr\$ 2.426.000 pagos atualmente para Cr\$ 735 mil a partir de janeiro de 1986, ou seja, em relação a situação atual haverá um ganho de renda disponível de Cr\$ 1.691 mil mensais.

Aqueles que hoje recebem na faixa de 30 salários mínimos Cr\$ (18 milhões) por mês e tenham três dependentes, recolhem, pela sistemática atual, Cr\$ 4.684.000 de imposto de Renda na fonte. Pela nova tabela, as retenções mensais serão reduzidas a Cr\$ 1.726.000. Neste caso, o ganho de renda disponível será de Cr\$ 2.958 mil.

Na faixa de 50 salários mínimos (Cr\$ 30 milhões) mensais, a contribuição do imposto passará de Cr\$ 9.931.000 para Cr\$ 4.912.000 cruzeiros.

Mesmo para os contribuintes com renda mensal de Cem salários mínimos mensais (Cr\$ 60 milhões), o imposto de Renda retido na fonte sofrerá redução significativa, de mais de 20 por cento, em relação à retenção atual.

Em termos globais, 95 por cento dos declarantes estarão pagando menos da metade do imposto na fonte por eles pago atualmente.

4) Simplificação dos Procedimentos Além das vantagens enumeradas acima, que representarão um aumento da renda mensal disponível para o consumo dos trabalhadores, as alterações propostas visam também eliminar as distorções hoje existentes, materializadas no enorme volume de restituições, que significavam, do ponto-de-vista do contribuinte, um empréstimo compulsório ao Governo, dificultando ao mesmo tempo a programação orçamentária e financeira do Tesouro.

Considerando 1986 como período de transição, ainda se configurará nesse exercício direito à restituição sobre o imposto pago em 1985, apesar de já então se manifestarem os efeitos positivos da diminuição da retenção na fonte. Para fazer

frente a este descompasso entre a receita e a despesa tributária, as devoluções acima de dez ORTNs serão feitas sob a forma de títulos da dívida pública, com prazos de resgates crescentes segundo o valor da restituição. Estes títulos serão livremente negociáveis por seus detentores.

A partir de 1987, estará consolidada a nova sistemática de tributação das pessoas físicas, em que o imposto retido praticamente coincidirá com o devido na declaração.

II — Alterações do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.

A legislação do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas dispensa um tratamento diferenciado às micro, pequenas, médias e grandes empresas:

1) As microempresas, assim consideradas aquelas com Receita Bruta anual inferior a dez mil ORTNs (aproximadamente Cr\$ 770 milhões em janeiro de 1986), gozam de total isenção do imposto de Renda. Em 1984 essa isenção beneficiou cerca de 910 mil microempresas, representando 70 por cento do universo de empresas cadastradas.

2) As pequenas empresas, cujo valor anual da receita bruta não ultrapassa cem mil ORTNs ou (Cr\$ 7,7 bilhões, em janeiro de 1986), são tributadas de forma simplificada com base no lucro presumido, à alíquota de 25 por cento. Hoje, mais de 70 mil pequenas empresas se beneficiam dessa tributação reduzida.

3) As médias e grandes empresas, com receita bruta anual superior a cem mil ORTNs (em torno de Cr\$ 7,7 bilhões, em janeiro de 1986), tributadas com base no lucro real, representam atualmente 25 por cento do total de empresas. Cerca de 320 mil empresas pagam o imposto à alíquota de 35 por cento.

## Grandes empresas terão de fazer duas declarações de renda por ano

Dentre essas empresas, aquelas que apresentam lucro real acima de 40 mil ORTNs (cerca de Cr\$ 3 bilhões em janeiro de 1986) são consideradas grandes empresas e contribuem com um imposto adicional de 10 por cento (empresas industriais e comerciais) e 15 por cento (entidades financeiras) sobre o lucro excedente a esse limite. As grandes empresas representam aproximadamente apenas 3 por cento do total de pessoas jurídicas, correspondente a 3.796 contribuintes.

Conforme a proposta, as grandes empresas deverão apurar balanço semestral e passar a apresentar duas declarações de renda por ano. Tal medida não implica maiores transtornos para tais empresas, uma vez que a boa gestão empresarial já requer atualmente o levantamento de balanços em intervalos menores, às vezes trimestrais ou mesmo mensais. Por outro lado, tais empresas já pagam tributo na fonte por duodécimos, corrigidos anualmente. A declaração semestral, ao propiciar menor intervalo para correção das estimativas, facilita tanto o planejamento empresarial como a regularização dos fluxos de receita do Tesouro.

A título de incentivo ao desenvolvimento da atividade industrial, as Pessoas Jurídicas poderão utilizar processo de depreciação acelerada das instalações, máquinas e equipamentos novos adquiridos para renovação e ampliação da planta, desde que utilizados no desenvolvimento da atividade operacional. Este incentivo visa a impulsionar o novo ciclo de investimento, já iniciado, e dar curso ao necessário processo de modernização da indústria brasileira.

Com vistas a simplificar e reduzir a carga tributária das pequenas e médias empresas, é facilitada a opção de tributação com base no lucro presumido, através da modificação do tratamento fiscal dos lucros distribuídos a seus sócios e titulares, permitindo a estes a opção pela tributação exclusiva na fonte, à alíquota de 25 por cento, do lucro distribuído, deixando de submetê-lo à tributação progressiva na declaração de rendimentos, que aproximadamente 200 mil pequenas e médias empresas poderão ser beneficiadas.

Com o sentido de assegurar justiça tributária, pela uniformização dos procedimentos tributários, se estende a incidência do imposto de renda na fonte a todas as pessoas jurídicas prestadoras de serviços, com aplicação das seguintes alíquotas:

a) seis por cento, no caso de serviços de natureza caracterizadamente profissional;

b) dez por cento, quando se tratar de comissões, corretagens e representação comercial.

Hoje, apenas uma pequena parte dessas pessoas jurídicas se submete à tributação, impedindo tratamento semelhante entre as diversas sociedades dedicadas à atividade de mesma natureza.

III — Tributação dos rendimentos e ganhos de capital.

Atualmente a legislação do imposto de Renda já tributa a maioria das espécies de rendimentos de capital; no entanto, pelo casuismo exagerado, a lei apresenta muitas falhas que propiciam constante evasão ao pagamento do tributo.

O objetivo principal da proposta é, portanto, aperfeiçoar a lei. Dentro dessa diretriz, o anteprojeto-de-lei contém dispositivo abrangente e que coloca no campo de incidência do tributo os rendimentos de capital independente da denominação que lhes seja dada ou da espécie de título ou de contrato; com esse comando ficarão sanadas as falhas da legislação, não permitindo aos contribuintes a burla da lei.

Por outro lado, buscando a simplificação de procedimentos operacionais, tanto para a empresa como para a administração pública, propõe-se a cobrança do imposto de Renda sobre rendimentos e ganhos financeiros exclusivamente na fonte, à alíquota de 40 por cento. Com essa medida, elimina-se a trabalhosa e complexa alternativa de compensação do imposto antecipado na declaração de renda das pessoas físicas e jurídicas. No caso das aplicações financeiras pós-fixadas, o projeto propõe a cobrança do imposto de renda na fonte, no ato da realização do investimento, como já

acontece na hipótese de aplicações com correção monetária prefixada. O imposto será cobrado também exclusivamente na fonte, à alíquota de 40%, aplicada sobre o juro nominal do título.

No caso dos ganhos de capital, definidos como a diferença entre o preço de venda e o preço de compra corrigido monetariamente e acrescido dos juros incorridos até o período na negociação, haverá incidência do imposto de Renda na fonte, à alíquota de 45 por cento.

Tais medidas não afetarão a base de cálculo dos incentivos fiscais, uma vez que para estes fins poderão ser computados os impostos anteriormente recolhidos na fonte.

As responsabilidades de Governo se exprimem em pressões constantes de natureza orçamentária, notadamente sobre as receitas da União. A defasagem entre a ocorrência da obrigação tributária e o recolhimento do tributo aos cofres da União, em situação inflacionária, configura uma corrosão da receita, que impede um fluxo regular de desembolso. No sistema federalativo, as partilhas de natureza constitucionais, bem como demais transferências, se feitas com regularidade, viabilizam a programação financeira dos Estados e Municípios, bem como da administração descentralizada, maximizando o uso destas transferências. De outra parte, a ênfase nas prioridades sociais requer o cotidiano cumprimento de programas básicos, notadamente na área da alimentação, para os quais qualquer atraso no repasse de recursos é inaceitável.

Por essas razões, ficam reduzidos os prazos de pagamento do IPI sobre fumo e automóveis, do imposto Único sobre Energia Elétrica e das quotas de previdências.

Os novos prazos são os seguintes: IPI/Fumodécimo dia da quinzena seguinte IPI/Automóveis último dia útil do mês seguinte

Imposto único energia elétrica último dia útil do primeiro decêndio do mês seguinte

Quotas de Previdência até o último dia útil do primeiro decêndio do mês seguinte para combustíveis e loterias até o terceiro dia útil seguinte ao de cada competição hípica.

### V — Incentivos Fiscais

Com o objetivo de incentivar o desenvolvimento econômico das Regiões Norte e Nordeste e estimular o investimento em atividades consideradas prioritárias, são prorrogados, até 1988, os prazos de vigência dos incentivos regionais e setoriais na área do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (Sudam, Sudene, Pesca e Embraer).

Estão sendo também prorrogados os prazos de vigência da alíquota especial de 6 por cento para a tributação, pelo imposto de renda, dos lucros obtidos pelas pessoas jurídicas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e telecomunicações e pelas empresas de saneamento básico. Essa medida visa dar continuidade à política de prestação de serviços públicos a preços mais reduzidos, contribuindo para o combate do processo inflacionário.

No mesmo sentido, beneficiando os serviços de transporte rodoviário de pessoas e cargas, é concedida isenção do imposto sobre serviços de transporte rodoviário (ISTR), quando prestados por transportador individual autônomo. No âmbito do imposto de renda da pessoa física, esses profissionais serão contemplados com redução da alíquota, 1,5 para um por cento, na fonte, sobre seus rendimentos.

## Imposto sobre Operações Financeiras nas Bolsas

Em sintonia com as diretrizes do Programa Nacional de Desburocratização, é concedida anistia fiscal dos débitos das microempresas e dos débitos de valor oriundo igual ou inferior a Cr\$ 100 mil, arquivando-se os respectivos processos administrativos. Buscando reduzir o número de processos submetidos à apreciação do Poder Judiciário e desonerar completamente as microempresas, a medida da beneficiará cerca de 250 mil contribuintes inscritos no Registro da Dívida Ativa.

Adicionalmente reduz-se as multas e juros a 50 por cento do seu valor, se o contribuinte efetivar o pagamento do débito até 10 de janeiro de 1988. O benefício somente se aplica em relação aos débitos vencidos até 31 de outubro de 1985.

VI Substituição do imposto de Renda pelo imposto sobre Operações Financeiras nas Operações de Curto Prazo e nas Operações em Bolsas de Valores

1. O imposto de Renda cobrado nas operações de curto prazo no mercado aberto será substituído pelo imposto sobre Operações Financeiras que incidirá com alíquotas maiores nas aplicações de menor prazo. Obedecendo a tabela de alíquotas decrescentes conforme o prazo da aplicação, o novo imposto permitirá a adoção de um tratamento tributário diferenciado nas operações financeiras de curtíssimo e curto prazos.

2. O imposto sobre Operações Financeiras substitui, também, o imposto de Renda cobrado nas operações de mercado a termo nas Bolsas de Valores com uma alíquota equivalente àquela aplicada nas operações de curto prazo.

3. Ainda no sentido de excluir maior participação na Receita Tributária daqueles segmentos da sociedade com maior capacidade de contribuição está sendo instituída a cobrança do imposto sobre Operações Financeiras no mercado de opções nas Bolsas de Valores, passando a incidir uma alíquota a ser definida no Conselho Monetário Nacional.

4. As operações de mercado futuro realizadas em Bolsas de Valores também serão objeto da incidência do imposto sobre Operações Financeiras e passarão a ser tributadas com uma alíquota a ser definida, também, pelo Conselho Monetário Nacional.

## Guerra total à Malária, Chagas, esquistossomose e febre amarela

## 88 horas extras por ano, máximo que o servidor poderá fazer

## Com 10 mínimos e 3 dependentes, desconto mensal de Cr\$ 132 mil

## Microempresas continuam isentas do IR até 10.000 ORTNs

## Anistia fiscal beneficia 250 mil micro (até Cr\$ 100 mil)

## Facilidade para constituição de entidades de previdência privada